Tactful Management Research Journal
ISSN 2319-7943

Impact Factor : 2.1632(UIF)
Volume - 3 | Issue - 11 | Aug - 2015

FINANCING FUND OF ARTISINAL FISHERIES

(FUNDOS DE FINANCIAMENTOS DA PESCA ARTESANAL)

Josenildo Souza e Silva[1] and Carlos Maria Jardon[2]

[1]Professor and Researcher os engineering Fishing at Federal University of Piauí – UFPI (Brazil), General Management of Pirarucu-Gente Project and Peixe-Vivo Program.

[2] Professor and Researcher in Universidad de Vigo, España

ABSTRACT

This paper discusses about diversification of access mechanisms, the limited supply of instruments and the difficulty of operating funds and public policies to support projects related to the small-scale fisheries and aquaculture Brazilian as a limited advancement of sustainability strategies of biodiversity. The objective of this work was to construct a portfolio with the exploration of the sources of financing for biodiversity of artisanal fishing among other fundamental knowledge in a context of economic dispute, citizenship remain inconclusive, need for federative pact and political reforms-tax. It is considered that the information contained in this paper can support researchers, entrepreneurs, social organizations, funds and funding agencies to build the sustainability of the Amazon Region and Brazil by the artisanal fishery.

KEYWORDS :*Financing, Artisanal Fisheries, Amazonia.*

RESUMO

O presente artigo discute acerca diversificação dos mecanismos de acesso, a limitada oferta de instrumentos e a dificuldade de operar fundos e políticas públicas de suporte a projetos relacionados a pesca artesanal e da aquicultura brasileira como um limitado avanço das estratégias de sustentabilidade da sociobiodiversidade.O objetivo desse trabalho foi construir um portfólio com a prospecção das fontes de financiamento para biodiversidade da pesca artesanaldentre outros conhecimentos fundamentais para um contexto de disputa econômica, de cidadania inconclusa, necessidade de pacto federativo e reformas político-tributária.Considera-se que as informações contidas nesse paper podem apoiar pesquisadores, empreendedores, organizações sociais, fundos e órgãos de fomento a construir a sustentabilidade da Região Amazônica e do Brasil mediante a pesca artesanal.

Palavra Chave:Financiamento, Pesca artesanal, Amazônia

1. INTRODUÇÃO

Acessar informações para captação de recursos financeiros direcionados a projetos sustentáveis tem sido um dos grandes desafios dos atores sociais e institucionais que atuam com a sociobiodiversidadeda pesca na atualidade. A reduzida divulgação das ofertas, o burocrático acesso aos financiamentos, a complexa prestação de contas e os editais que atuam exclusivamente em execução de curto prazo, têm excluído as organizações menos estruturadas e não contemplam as especificidades territoriais. Destaca-se ainda, a ausência de política pública nacional ou mecanismos que socializem, congreguem e articulem os variados fundos.

As instituições fomentadoras de mecanismos financeiros de apoio a projetos mostram que possuem insuficiente oferta de instrumentos de divulgação para atender o público que se propõe, reduzida capilaridade operacional para operar no contexto Amazônico e equipes limitadas para atender todo território nacional.

Por outro lado, o baixo nível técnico e de articulação político-institucional dos projetos têm sido uma das grandes limitações para ampliar a abrangência de aportes financeiros, a dificuldade da academia de integrar pesquisa, ensino e extensão nas propostas de programas, a deficiência dos projetos quanto à gestão, estratégia de prestação de contas e atendimento as demais exigências legais dos agentes financeiros, têm sido apontadas pelos agentes financiadores como estrangulamentos para ampliar a abrangência de aportes de recursos financeiros focados na sociobiodiversidade da pesca.

Um dos grandes dilemas das organizações que trabalham com o tema da sustentabilidade é conciliar o tempo necessário para que mudanças efetivas se concretizem no seio das comunidades, empreendimentos ou territórios onde atuam, com a temporalidade dos projetos e programas. Diversas iniciativas são interrompidas antes de alcançar o estágio de maturidade que lhes permitem alcançar autonomia.

De uma forma geral, as organizações e comunidades mostram dificuldades em gerenciar a complexidade de recursos oriundos de variadas fontes, com diferentes estratégias administrativo-financeiras e de prestação de contas. Evidenciando a necessidade de capacitação em captação, elaboração e gestão de fundos com transparência e efetividade.

A desarticulação da oferta e da demanda de financiamento explicita a necessidade de ampliação de processos de comunicação que atendam as necessidades mais emergentes. Faz-se necessário o aperfeiçoamento de múltiplos instrumentos financeiros, de informação e de gestão dos fundos e projetos que apoiem de forma pedagógica a emancipação das iniciativas empreendedoras produtivas, educacionais ou organizacionais na perspectiva da sustentabilidade.

Entendemos que a congregação de informações e a descrição de forma educativa sobre os fundos, seus procedimentos, controles administrativo-financeiros, sistemas de gestão e formas de prestação de contas podem contribuir para quantificar e qualificar os projetos aprovados e potencializar a efetivação dos multivariados mecanismos financeiros ofertados no Brasil.

Considerando o contexto acima descrito, as informações aqui apresentadas foram concentradas nas fontes potenciais de financiamentos (nacionais e internacionais), públicas e privadas, de apoio ao ensino (capacitação), extensão e pesquisas direcionadas aos atores sociais, tais como: técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, dos setores ambientais e sociais (nos níveis federal, estadual e municipal); agentes de desenvolvimento local; mobilizadores dos movimentos sociais; sindicalistas; centros de educação e produção de conhecimento; comunidades rurais, rurbanas, periurbanas, urbanas e do entorno de Unidades de Conservação; e gestores de empreendimentos comunitários ou privado, conectados às cadeias da sociobiodiversidade da pesca; técnicos e gestores de projetos de inclusão digital, educação à distância e educação do/no campo;

pesquisadores voltados à ciência aplicada e participativa que atuam com o desenvolvimento de novos produtos, equipamentos e formas de gestão da sociobiodiversidade da pesca; gestores de incubadoras e nichos de novos empreendimentos sustentáveis; dentre outros contextos populares.

Por fim o conteúdo sobre os fundos abordam: o nome do mecanismo financeiro; o que é? (objetivo do mecanismo); quem pode ter acesso; programas e projetos apoiados pelo mecanismo; apoia pesquisa, extensão, ensino ou capacitação? Limites e prazos; como ter acesso? Como é o processo seletivo? A demanda é espontânea e/ou induzida? Quais são as condições para ter acesso? Quando solicitar? Quais itens podem ser financiados/apoiados? Existe contrapartida? Qual a forma de avaliar as demandas dos programas e projetos? Existem orientações para acessar/prestar contas dos projetos/programas? Onde acessá-las? Quem são os parceiros? Como obter mais informações? Por fim, espera-se que o conteúdo de trabalho, apoie os atores envolvidos a acessar fundos que promovam a sustentabilidade em todos os aspectos para a sociobiodiversidade.

2.METODOLOGIA

Atuando para atender as demandas dos pescadores foi desenvolvida uma investigação que pudesse subsidiar um portifólio de fontes e mecanismos de financiamentos focados na biodiversidade da pesca brasileira. Especificamente indentificar fontes e mecanismos de apoio institucional, microfinanças, financiamentos e créditos de suporte a capacitação, pesquisa, extensão e incubadoras de empreendimentos de base ecológica para apoiar grupos, redes, comunidades de aprendizagem, gestão de conhecimentos, pesquisa, extensão, inovação e informação. Para tanto, priorizou:Identificar as demandas dos atores sociais representativos para os financiamentos; promover a prospecção de fundos, fontes, mecanismos de financiamento e políticas públicas; atuar com uso plural de abordagens participativas em todo o processo de investigação, buscando atender a produção, pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão, tecnologia e informação em biodiversidade; uso dedados secundários, 320 entrevistas semiestruturadas, 1820 consultas a sítios digitais, materiais de divulgação de projetos e analise de mapas de desembolso financeiro do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF.

Os locais da realização da pesquisa de campo foram Brasília, Rio de Janeiro, Pará e Amazonas. Na ocasião foi edificada uma rede de informações, através de reuniões com responsáveis pelos principais mecanismos financeiros, levantando informações estratégicas, contatos e parceiros. Em seguida iniciou-se um processo de integração das informações contidas nos instrumentos de pesquisa, buscando analisar convergências, divergências, contradições e aprofundando os dados em função das necessidades específicas.

3 PROSPECÇÃO DOS FUNDOS

3.1. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi criado pelo Decreto 91.146, em 15 de março de 1985. Sua área de competência está estabelecida no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006. Como órgão da administração direta, o MCTI tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

Com a incorporação das duas mais importantes agências de fomento do País – a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq) e suas unidades de pesquisa – o Ministério da Ciência e Tecnologia passou a coordenar o trabalho de execução dos programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo dessa política é transformar o setor em componente estratégico do desenvolvimento econômico e social do Brasil, contribuindo para que seus benefícios sejam distribuídos de forma justa a toda a sociedade.

Além das agências de fomento, compõem o sistema MCTI o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); a Agência Espacial Brasileira (AEB); 19 unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e quatro empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC).

Por meio desse conjunto de instituições, o MCT exerce suas funções estratégicas, desenvolvendo pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento e de novas tecnologias, bem como a criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais. A seguir descreveremos os principais fundos.

3.1.1 FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (Global EnvironmentFacility - GEF), oGEF é um mecanismo de cooperação internacional, criado pelos Estados Membros da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), com a finalidade de prover recursos adicionais e fundos concessionais para cobrir custos incrementais em projetos que beneficiem o meio ambiente global. Esses 'Custos Incrementais', referem-se à diferença entre os custos de programas/projetos, que visam atingir objetivos do meio ambiente global e os custos das metas mais as prioridades nacionais.
De uma forma geral, o mecanismo é organizado globalmente pela Conferência das Partes (COP), que decidi sobre suas políticas, prioridades programáticas e critérios de elegibilidade relacionados com essa Convenção.

Cada país recebedor de assistência do Fundo possui escritórios oficiais no governo, responsáveis pelas atividades do GEF: o ponto focal político do GEF no Brasil é o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o ponto focal operacional é a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP/SEAIN) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio da Assessoria de Captação de Recursos da Secretaria Executiva (SEXEC/ASCAP), esses quatros ministérios participam do Grupo de Trabalho para Análise de Projetos (GTAP) no âmbito do Ponto Focal Operacional do GEF no Brasil.

No Brasil as metas estratégicas do GEF – 5 são: 1) Conservar, usar sustentavelmente e manejar a biodiversidade, ecossistemas e recursos naturais globalmente, levando em consideração os impactos antecipados da mudança climática; 2) Reduzir os riscos da mudança climática global por meio de: (i) estabilização das concentrações atmosféricas de Gases de Efeito Estufa (GEE) com ações de redução de emissão; e (ii) auxiliando os países na adaptação à mudança do clima, incluindo variabilidade;3) Promover uma boa gestão dos químicos por meio de seus ciclos de vida minimizando o efeito sobre a saúde humana e ambientes globais; e 4) Construir capacidades nacionais e regionais e condições que permitam proteção ambiental global e desenvolvimento sustentável.

As áreas focais que definem a alocação de recursos são: 1) Mitigação de Mudança climática; 2) Biodiversidade; 3) Degradação da terra; 4) Químicos - Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e substâncias prejudiciais à Camada de Ozônio (ODs); 5) Águas internacionais.

3.1.2 SISTEMA BRASILEIRO DE TECNOLOGIA SIBRATEC

O SIBRATEC foi instituído pelo Decreto n°6.259 de 20/11/2007 como um instrumento de articulação e aproximação da comunidade científica e tecnológica com as empresas inovadoras, proporcionando condições para ampliaçãodos atuais índices de inovação. Está organizado em três tipos de componentes: Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica.

3.1.3 CT- AGRONEGÓCIO

Tem por objetivo estimular a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, pesca e aquicultura, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola. Promover a atualização tecnológica da indústria agropecuária, com introdução de novas variedades a fim de reduzir doenças do rebanho e o aumento da competitividade do setor; estimular a ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias.

3.1.4 CT- VERDE E AMARELO

Incentivar a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo; estimular a ampliação dos gastos em P&D realizados por empresas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.

3.1.5 CT- AMAZÔNIA

Fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento na região Amazônica, conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.

Serão financiados itens referentes a custeio, capital e bolsas, que devem estar diretamente relacionados ao objeto e às atividades do projeto, compreendendo:

Custeio

i.Materiais de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;

ii.Serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de formaa não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do coordenador/instituição de execução do projeto;

iii.Despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos;

iv.Passagens e diárias, até o limite de 25% do valor total da proposta, de acordo com as tabelas de valores de diárias para auxílios individuais e bolsas de curta duração
(http://www.cnpq.br/bolsas/valores.htm).

O valor total solicitado para os itens de custeio descritos em “a”, “b” e “c” deverão ser incluídos no campo “custeio” do Formulário de Propostas Online. Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas. Para contratação de serviços de terceiros, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço eletrônico: www.cnpq.br/prestacaocontas/legislacao.htm.

Capital

i.Equipamentos e materiais permanentes;
ii.Material bibliográfico.

Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do coordenador/instituição de execução do projeto.

Bolsas

São concedidas bolsas nas seguintes modalidades: IC – Iniciação Científica; EV – Especialista Visitante; ITI – Iniciação Tecnológica Industrial; DTI – Desenvolvimento Tecnológico e Industrial; e AT – Apoio Técnico. Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas online, no orçamento do projeto. A implementação das bolsasdeverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço:www.cnpq.br/bolsas/index.htm.

A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto. As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

3.1.6 CT- BIOTECNOLOGIA

Promover a formação e capacitação de recursos humanos; fortalecer a infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte; expandir a base de conhecimento da área; estimular a formação de empresas de base biotecnológica e a transferência de tecnologias para empresas consolidadas; realizar estudos de prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor.

Custeio:

Cursos com financiamento total: material de consumo e didático necessários à execução do curso; passagens e diárias para alunos e professores brasileiros; diárias para alunos e professores estrangeiros. Cursos com financiamento parcial: passagens e diárias para alunos e professores brasileiros; diárias para alunos e professores estrangeiros.

3.1.7 CT- HIDRO

Capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos com propósito de aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água.

Os recursos são destinados ao financiamento de itens de Custeio, Capital e Bolsas, compreendendo:

Custeio

Material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; serviços de terceiros (pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual). Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do coordenador/instituição de execução

do projeto; despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos; e passagens e diárias, de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração
www.cnpq.br/normas/rn_06_031.htm#pais.

Os valores solicitados para os itens de Custeio descritos nas alíneas "a" a "c" deverão ser incluídos no campo "Custeio" do Formulário de Propostas Online. Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos de mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

Cada coordenador/proponente deve prever em seu orçamento, na rubrica de Custeio (passagens e diárias), recursos para permitir sua participação, como coordenador de projeto, em reuniões de acompanhamento e avaliação deste Edital, as quais deverão ser realizadas em Brasília (DF), com duração aproximada de 02 (dois) dias cada, sob a coordenação do CNPq e do MPA.

Capital

Material bibliográfico; equipamentos e material permanente.
Os itens de Capital serão alocados na instituição de execução do projeto, sob a responsabilidade, manutenção e guarda do coordenador/instituição de execução do projeto.

Bolsas

Poderão ser concedidas bolsas nas seguintes modalidades: Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DTI; Iniciação Tecnológica e Industrial – ITI; Especialista Visitante – EV; Extensão no País – EXP; e Apoio Técnico em Extensão no País – ATP.

Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas Online, no orçamento do projeto. A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicados no endereço www.cnpq.br/bolsas/index.htm. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

Caberá ao coordenador fazer as indicações de bolsistas, tão logo seja assinado o Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica.

As demais despesas deverão ser de responsabilidade do coordenador/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida. Para contratação ou aquisição de bens e serviços, deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço:
www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm.

Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos. O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

3.1.8 CT- INFRA/ FUNDO DE INFRA-ESTRUTURA

Modernizar e ampliar a infraestrutura e os serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa brasileiras.Itens de custeio e de capital, incluindo bolsas.

3.2. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

No ano de 2009, no dia 29 de junho, Dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

sancionou a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país.

A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre poder público e sociedade civil. O marco inicial, no entanto, se deu no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683) que criava a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios.

Desde então, a base desses anseios está fundamentada nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros.

Outro momento importante foi a 2º Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pela SEAP/PR e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (CONAPE). Com o tema a "Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca", entre suas resoluções foi aprovada a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor em um único órgão de governo e a transformação da SEAP/PR em Ministério. A existência de uma instituição política sólida e da nova Lei da Pesca e Aquicultura, sancionada no mesmo dia da criação do Ministério, são os instrumentos que, agora, orientam e permitemsegurança para esse importante setor brasileiro .

3.2.1. PRONAF MAIS ALIMENTOS – PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA ARTESANAL - REVITALIZA.

O Programa REVITALIZA objetiva instituir política pública permanente, que promova a gradativa qualificação e/ou substituição de embarcações pesqueiras artesanais, sem implicar em aumento do esforço de pesca e sem implicar em exclusão de trabalhadores do setor, oferecendo as condições para a revitalização da frota pesqueira artesanal em benefício da sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade.

Aquisição de embarcações; revestimento e isolamento térmico dos porões de armazenamento de pescado; sistemas de refrigeração ou congelamento; revestimento de superfícies para manipulação do pescado a bordo; sistema de insensibilização por choque térmico; aquisição e instalação de equipamentos de segurança da navegação; reforma dos alojamentos; instalação e adequação de equipamento sanitário; adequação da embarcação às normas da Autoridade Marítima para a segurança da navegação e salvaguarda da vida humana no mar; adequação da embarcação à regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego; instalação de equipamentos que permitam o rastreamento da embarcação nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS; troca ou adequação do sistema de propulsão; reforma e adequações na estrutura da embarcação; e reforma ou instalação de sistemas de bordo.

3.2.2 PROGRAMA PESCANDO LETRAS

O Pescando Letras busca alfabetizar pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar. O programa utiliza uma metodologia própria, respeitando sua cultura, experiência e realidade. São turmas formadas levando em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando os períodos de defeso/piracema.

Os recursos são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE diretamente para os Estados, DF e Municípios que aderirem ao PBA. O valor do apoio poderá ser destinado ao custeio das seguintes ações:

formação inicial e continuada; aquisição de material escolar; aquisição de gêneros alimentícios; transporte para os alfabetizandos; aquisição de material pedagógico, didático ou literário para o uso nas turmas (para os não cadastrados no PNLD - Programa Nacional do Livro Didático); reprodução dos testes cognitivos.

O FNDE paga diretamente os alfabetizadores e coordenadores de turma mediante bolsas para professor alfabetizador de R$ 400,00, e bolsa coordenadores de turmas de R$ 600,00.

3.2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO PRONATEC / MEC

Foi instituído pela Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Conforme o Art. 2°, os pescadores e aquicultores estão entre o grupo de trabalhadores para atendimento prioritário.

Objetivos do PRONATEC: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;melhorar a qualidade do ensino médio.

A parceria entre MPA e o MEC foi realizada para a oferta de cursos, objetivando oportunizar a qualificação e o acesso de pescadores e aquicultores à qualificação profissional e a formação técnica.
Os ofertantes recebem os recursos específicos via descentralização do FNDE. Sendo um valor para pagamento das aulas.Há recursos para: vale alimentação por aluno; kit material didático por aluno; vale transporte por aluno; pagamento dos professores; pagamento do supervisor de curso, orientador e apoio.

3.2.4 PROGRAMA TELECENTRO DA PESCA MARÉ e PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES– Telecentros.BR do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Os Telecentros da Pesca Maré são espaços públicos destinados às comunidades pesqueiras, cujo objetivo é proporcionar acesso às novas tecnologias, ampliação das relações, trocas de experiências, acesso à internet, democratização da comunicação, utilização de novos métodos educativos, maior acesso ao conhecimento, à cultura e incentivo à pesquisa, facilidade para soluções de demandas da comunidade, qualificação profissional, dentre outras atividades.

Como de regra, o projeto é realizado por editais com bens públicos já adquiridos, não há perspectiva de financiamento. Em caso de convênios, equipamentos de informática e outros bens para adequação dos espaços.

3.3. MICROCRÉDITO

3.3.1 PLANO SAFRA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal política pública de crédito oferecida pelo MDA. O Pronaf, porém, é mais do que um instrumento de garantia de crédito aos produtores rurais,é também uma oportunidade para que os agricultores familiares coloquem em prática o seu projeto de desenvolvimento, suas expectativas de renda e de mudança de vida.

É necessário que o interessado entre em contato com a empresa prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do estado e solicite a visita de um técnico. Ele vai se reunir com a família

e elaborar a proposta simplificada de crédito, que deve ser encaminhada com os outros documentos ao agente financeiro (Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Cooperativas de Crédito) para realização da contratação. A mesma DAP vale para a mulher, o agricultor e o jovem.As linhas de crédito são as seguintes:

Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros;

Pronaf Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas, equipamentos e infraestrutura. Objetiva a melhoria da produção e dos serviços agropecuários e não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

Microcrédito Rural: atende os agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias e qualquer outra que possa gerar renda para a família atendida;

Pronaf Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

Pronaf Mulher: a linha financia investimentos de atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, entre outras, no meio rural. O crédito pode ser contratado independente do estado civil da mulher;

Pronaf Eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;

Pronaf Agroindústria: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;

Pronaf Jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras. Os recursos são destinados à produção e serviços nos estabelecimentos rurais;

Pronaf Floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, recuperação de áreas degradadas;

Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros;

Pronaf Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Plano Safra Pesca e Aquicultura: O Plano Safra da Pesca e Aquicultura é um instrumento para tornar mais efetivas as políticas econômicas e sociais do Governo Federal voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura. O objetivo é ampliar as ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo.As cooperativas e associações de pesca e aquicultura serão fortalecidas pelo Governo Federal com o objetivo de aumentar a competitividade dos pequenos e médios produtores no mercado. Essas organizações terão melhores condições de qualificar a gestão dos empreendimentos e facilitar o acesso ao mercado, com produtos padronizados e de boa qualidade.

3.3.2.ASSOCIAÇÕES PARA CRÉDITOS E MICROFINANÇAS

ABCRED - Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras eOperadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares;BSCM – Associação Brasileiras das Sociedades de Crédito aoMicroempreendedor; BASA – Banco da Amazônia S/A;BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos;CGAP – Consultative Groupto AssistthePoorest;CIAV - Certificado de Investimento Audiovisual;CISA – Certificado de Investimento Socioambiental;CISP - Certificado de Investimento Sócio Produtivo;FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador;FNE – Fundo Constitucional do Nordeste;FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente;FUNSOL – Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda;GIZ - Deutsche GesellschaftfürTechnischeZusammenarbeit;IAF – Interamerican Foundation;IMF – Instituição Microfinanceira;JICA – JapanInternationalCooperationAgency;KfW - Kreditanstaltfür Wiederaufbau; MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;MDS – Ministério do Desenvolvimento Social;MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego;PCPP – Programa de Crédito Produtivo Popular;PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional;PNA - Programa Nacional de Ação para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra na Porção Brasileira do Atlântico Sudoeste Superior;PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor;SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequenas Empresas;SRI - SociallyResponsibleInvestment;UNCED – United NationsConference for Enviroment and Development;UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;WWB – Women's World Banking;WWF – World WildlifeFund;

4. DIFICULDADES PARA EFETIVAÇÃO DOS FUNDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para contribuir com o processo de construção coletiva de soluções para os problemas de efetivação dos fundos, identificamos sob a perspectiva dos mecanismos, das políticas públicas e dos demandantes dos financiamentos, os principais problemas:

(a)Ponto de vista dos mecanismos e políticas públicas.

Limitada oferta de instrumentos de divulgação/mobilização; baixa capilaridade operacional da oferta; equipes limitadas para operar no contexto Amazônico e para atender todo território nacional; odimensionamento dos fundos, mecanismos e políticas públicas contemplam poucos recursos para divulgação /mobilização local, regional e territorial; elevado número de projetos com baixo nível técnico, gerencial e de articulação político-institucional; programas/projetos sem articulação e integração político institucional; dificuldade da academia de integrar pesquisa, ensino e extensão nas propostas de programas/projetos; baixa inserção socioambiental nas demandas de programas/projetos; limitação técnica nas propostas de projetos/programas quanto à gestão,

prestação de contas e atendimento as exigências das fontes dos recursos.

(b)Ponto de vista das demandas.

Reduzida divulgação das ofertas de projetos e programas; políticas dos editais não contemplam o tempo de sustentabilidade para um projeto ou programa; editais e direcionamento dos fundos em sua maioria não contemplam as especificidades territoriais e da sociobiodiversidade; inexistência de política nacional ou mecanismos que socialize, congregue e articule os fundos e políticas; exigências de prestação de contas dos recursos burocrática, complexa e sem capacitação dos envolvidos nos projetos.

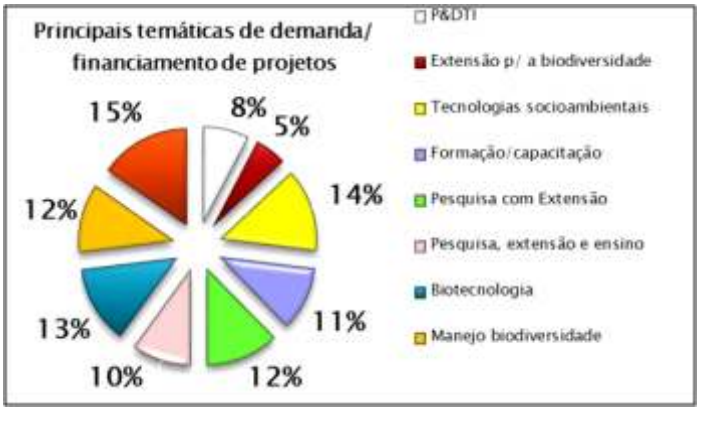
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PROSPECÇÃO

O objetivo desse trabalho foi construir um portfólio com a prospecção das fontes de financiamento para biodiversidade da pesca artesanal. Porém para realizaçãodesse estudo foi necessário entender como são encaminhados os programas e projetos, as principais temáticas e as demandas emergentes, dos quais destacamos as principais a seguir:

(a)Quanto aos projetos e programas

Dos mecanismos, fundos e/ou políticas públicas entrevistadas: os valores financiados são variados de mil (micro) a milhões; os mecanismos de financiamentos informam que REPASSAM de 30% a 45 % da carteira para o próximo ano.

(b) Principais temáticas de demanda e financiamento de projetos



Chama a atenção de forma negativa os projetos envolvendo: pesquisa, extensão e ensino (10%); P&DTI (8%); e extensão para biodiversidade (5%), os quais apresentaram baixo percentuais de propostas apresentadas aos financiadores.

(c) Demandas emergentes a partir da análise dos dados acima.

Qualificar pesquisadores em elaboração de projetos/programas que envolvam pesquisa, extensão e ensino; estabelecer marco regulatório para projetos/programas para biodiversidade, gestão do conhecimento e propriedade intelectual; apoiarà produção de insumos com valor agregado e não commodities para biodiversidade; concentrar energias no desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o beneficiamento local e agregação de valor da cadeia da biodiversidade; desenvolver e implementar estratégias de competitividade para as empresas locais da cadeia de valor da sociobiodiversidade; apoiar a divulgação, distribuição e comercialização da produção local em mercado de ciclo curto, regional e internacional; criar mecanismos de desenvolvimento de ações integradas envolvendo universidades, centros de pesquisa, estado e setor privado (Exemplo: Rede de Laboratórios Associados - RLA); aumentar a densidade tecnológica no setor industrial da sociobiodiversidade; promover ambiente favorável à Inovação com oferta de serviços tecnológicos; desenvolver e difundir produtos e processos biotecnológicos com Valor Agregado em toda a cadeia produtiva da sociobiodiversidade; apoiara publicação científica e a socialização das pesquisas locais que envolvam a sociobiodiversidade.

6. RECOMENDAÇÕES AS PLÍTICAS PÚBLICAS

Publicação de portfólios dos instrumentos financeiros não-reembolsáveis, reembolsáveis, de subvenção econômica, capital de risco, cooperação internacional e instrumentos não financeiros.
Considerando que cada fonte de recursos tem sua vocação e regras de acesso, faz-se necessária a capacitação dos demandantes, técnicos e pesquisadores em elaboração de projetos/programas, construção de estratégias de captação de investimentos.

Mobilizar, articular e efetivar o Protocolo Verde, assim como promover eventos como o Matchmaking, publicação e divulgação dos portfólios, criação e/ou fortalecimento de redes, dentre outros.

Estabelecer rede de cooperação da cultura empreendedora no âmbito da pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação.

Criar e mobilizar sistematicamente espaços de aprendizagens coletivas, troca de conhecimentos e práticas produtivas de interação entre os diversos agentes de inovação no âmbito da sociodiversidade.

Apoiar empresas de bionegócios, tecnologias da informação, comunicação, design e culturas relacionadas com a sociobiodiversidade;

Promover ambientes favoráveis à cultura empreendedora e de ideias criativas. Criar um Laboratório de Experiências Digitais e Virtuais – LED e LEV.

Retirar da prateleira os resultados das pesquisas sobre sociobiodiversidade com publicações sistemáticas.

Apoiar o desenvolvimento de empreendimentos de interesse corporativo.

Propor orientações normativas relacionadas à legislação de inovação tecnológica e repartição do patrimônio genético da biodiversidade com envolvimento da sociedade.

Desenvolver estratégias e propor modelos de interação público-privada, de forma a maximizar

o processo de inovação.

Criar e manter banco de dados da atividade biológica funcional da biodiversidade brasileira.Estabelecer planos de pesquisa com desenvolvimento tecnológico nos campos da genética, biologia molecular, bioinformática, biotecnologia, nanotecnologia, ativos inteligentes e processos produtivos para beneficiamento local expandindo a atuação na cadeia de valor da biodiversidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho destaca quanto aos mecanismos de financiamento para a sociobiodiversidadeda pesca artesanal o Brasil, as seguintes considerações finais: limitada oferta de instrumentos de divulgação/mobilização; baixa capilaridade operacional da oferta de fundos; elevado número de projetos com baixo nível técnico, gerencial e de articulação político-institucional; dificuldade da academia de integrar pesquisa, ensino e extensão nas propostas de programas/projetos; limitação técnica nas propostas de projetos/programas quanto à gestão, prestação de contas e atendimento as exigências legais das fontes dos recursos; os valores financiados são variados de mil (micro) a milhões; os mecanismos de financiamentos informam que devolvem entre 30% a 45 % da carteira para o próximo ano; dos projetos encaminhados (49%) são isolados de outros programas e de outras temáticas e (33%) sem inserção socioambiental; dos temas mais comuns em financiamento de projeto sobre a temática, aparecem a gestão dos recursos naturais e da biodiversidade (15%); tecnologia socioambientais (14%); biotecnologia (13%); das demandas menos encaminhadas de projetos destacam-se, os que envolvam pesquisa, extensão e ensino (10%); P&DTI (8%); e Extensão para biodiversidade (5%); consideramos que as informações contidas podem apoiar pesquisadores, empreendedores, organizações sociais, fundos e órgãos de fomento a construir a sustentabilidade da Região Amazônica e do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

1.FERGUSON, C. E. Microeconomia. Tradução de Almir Barbosa e Antônio Brandão. Rio de Janeiro, Forense. 1998.
2.ALTHUSSER, L. & BALIBAR. Lire le Capital.Paris, CollectionMaspero. 2009.
3.CAVEDON, Fernanda de Salles. Função social e ambiental da propriedade. Florianópolis: Visualbooks, 2003.
4.DEUTSCH, A.C. - 1974 “On the interaction of ecological and political systems; some potential contributions of the social sciences to the study of man and his environment”.In: InformationsurlesSciencesSociales. Paris, 13(6).
5.DIAS NETO, José. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: Ibama, 2003.
6.DIEGUES,.A. C. - 1988 Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo, NUPAUB-USP.
7.FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
8.HARTWICK, John M., OLEWILER, Nancy D. The economics of natural resource use. 2 Edition. New York and others: Addison-Wesley Publishers. 1997.
9.JOLLY, C.M.; CLONTS, H.A. Economics of Aquaculture.FoodProducts Press, 1992.
10.LEFTWICH, R.H. O Sistema de Preços e a Alocação de Recursos. 7a. Ed., São Paulo: Pioneira,1991.
11.PINHE, D.B. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 1991.
12.MANCE, Euclides. Economia solidária. Salvador: UFBA, 1999.
13.MARGALEF. Teoría de los sistemas ecológicos. Barcelona: Publicaciones de la Universidad de Barcelona, 1991.

14.MATINEZ_ALIER, J., JUSMET, J. R. Economía ecológica y política ambiental. México, DF: Pnuma/FCE, 2000. P.11 – 65 (COL. TEXTOS DE ECONOMÍA).
15.MARRUL FILHO, Simão. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília: Ibama, 2003.
16.MPA. Informações retiradas do sítio: http://www.mpa.gov.br, em 14 de dezembro de 2014.
17.NAREDO, José Manoel. La economía en evolución. Siglo Veintiuno. 3ª Edição: España. 2003.
18.PINDYCK, Robert e RUBINFELD, Daniel. Microeconomia. São Paulo: Makron ou Pearson do Brasil, 2005.
19.POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Campos, 2000.
20.RIBEMBOIM, Jacques. Economia da pesca sustentável no Brasil. Recife: Edições Bagaço, 2007.
21.SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
22.VARIAN, Hal R,.Microeconomia: princípios básicos. Tradução da 7a edição. São Paulo: Editora Campus, 2003.